

A Funcef adotou uma política de redução de despesas jurídicas e realizou diversas ações que contribuíram para redução de mais de R\$ 15 milhões nessa área. Uma delas foi um corte no número de escritórios de advocacia. Dos 71 contratos ativos com escritórios que a fundação tinha antes da reestruturação, que começou há aproximadamente três meses, agora a Funcef possui 54. De acordo com o gerente jurídico, Paulo Galli Chuery, a tendência é diminuir ainda mais esse número.

Apenas com essa redução no número de escritórios de advocacia, a fundação espera gerar uma economia R\$ 2,3 milhões ao ano. “Tínhamos muitos contratos com valores diferentes para cada escritório. Quando assumi a gerência jurídica da Funcef, fiz uma pesquisa de mercado e elaborei um contrato padrão com valor único tabelado”, destaca Chuery. As diretrizes estabelecidas na nova política incluem adoção de minuta contratual padrão, fixação de preço comum a ser pago a todos os prestadores de serviços jurídicos, exclusão de obrigatoriedade de reembolso aos escritórios de despesas administrativas, entre outras.

Além dessa redução, a Funcef também adotou outras medidas, como eliminação da quarentena e consequentemente da remuneração para os diretores que estão sob investigação judicial. “Avaliamos que não é cabível conceder quarentena para uma pessoa que está afastada por uma ação judicial”, salienta Chuery.

A gerência jurídica da Funcef também está trabalhando para reverter decisões judiciais, e já obteve sucesso em alguns casos. Paulo Chuery não quis dar mais detalhes sobre essas ações. “Também estamos refazendo o cálculo do nosso passivo judicial. Além disso, fizemos uma aproximação com órgãos de controle e entramos em sintonia com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF) para ajudar com troca de informações nos processos da Operação Greenfield”, destaca. Segundo Chuery, a Funcef mantém uma agenda semanal com o MPF para troca de informações de apurações que internamente são realizadas sobre os fundos investigados pela operação.

Fonte: [Investidor Institucional](#), em 26.01.2017.